



Agosto/2014

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Concurso Público para provimento de cargos de
Auditor Público Externo (APE), Nível III, Classe A
Bacharel em Engenharia Civil

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

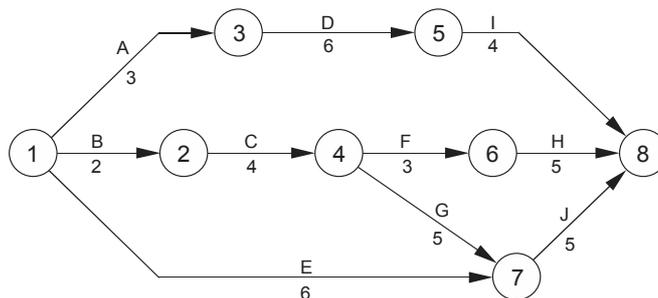
- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Fundação Carlos Chagas

**PROVA OBJETIVA****Conhecimentos Específicos**

1. Considere o planejamento de uma construção dado pelo cronograma da figura, onde as letras representam as atividades, cujo tempo, em dias, está indicado abaixo das letras.



A obra está prevista para ter seu início no dia 10 de setembro do presente ano. A data mais tarde que a atividade A poderá ser iniciada é no dia

- (A) 14.
- (B) 10.
- (C) 12.
- (D) 13.
- (E) 16.

Atenção: Para responder às questões de números 2 e 3, considere a composição de custos unitários para a execução de um metro quadrado de lastro de concreto com espessura de 5 cm.

Lastro de concreto – espessura 5 cm			Unidade (m ²)
Insumo	Unidade	Quantidade	Custo unitário (R\$)
Pedreiro	h	0,4	8,00
Servente	h	0,8	6,00
Areia	m ³	0,04	90,00
Cimento	kg	10	0,50
Pedra britada nº 2	m ³	0,05	68,00

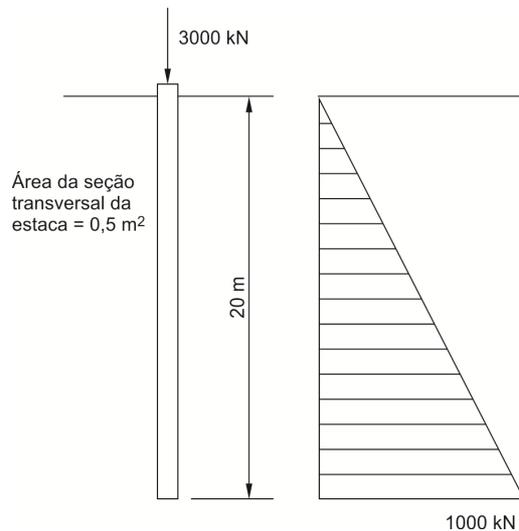
2. Na elaboração do orçamento de um edifício, para cobrir uma área de 250 m² de lastro de concreto com espessura de 5 cm, a previsão orçamentária para a realização desse serviço, em reais, é
- (A) 5.000,00.
 - (B) 4.560,00.
 - (C) 3.800,00.
 - (D) 3.000,00.
 - (E) 2.850,00.
3. Na elaboração do cronograma físico-financeiro, a programação do tempo de execução dos 250 m² de lastro de concreto com espessura de 5 cm deve ser, em horas,
- (A) 250.
 - (B) 300.
 - (C) 200.
 - (D) 150.
 - (E) 100.
4. Segundo a NBR 12721:2006 – Avaliação de custos unitários de construção para incorporação imobiliária e outras disposições para condomínios edifícios, a área coberta e/ou descoberta de estacionamento privativo de veículo automotor, demarcada e identificada em projeto arquitetônico e vinculada à área privativa principal da unidade autônoma por direito de propriedade, sem atribuição de fração ideal específica no terreno e partes comuns do condomínio, é denominada área de vaga de garagem
- (A) como unidade autônoma.
 - (B) vinculada à unidade autônoma.
 - (C) de uso comum e indeterminado.
 - (D) de divisão proporcional.
 - (E) de divisão não proporcional.



5. Em uma gleba de 5000 m^2 , a cota final para um plano horizontal, com volumes iguais de corte e aterro, é $32,5 \text{ m}$. Entretanto, o projeto solicita uma cota final de 30 m para o terrapleno. Desta forma, a diferença entre os volumes de corte e aterro, em m^3 , é
- (A) 15000.
 (B) 12500.
 (C) 10000.
 (D) 7500.
 (E) 4615.

6. Nos trabalhos de terraplenagem, sabendo-se que a relação entre o volume de material no corte e o volume de material solto de terra comum seca é $0,80$, a porcentagem de empolamento é
- (A) 80.
 (B) 35.
 (C) 40.
 (D) 55.
 (E) 25.

7. Uma estaca maciça com diâmetro de 80 cm está sujeita a uma carga de compressão em seu topo de 3000 kN e possui o diagrama de transferência de carga para o solo especificado na figura abaixo.



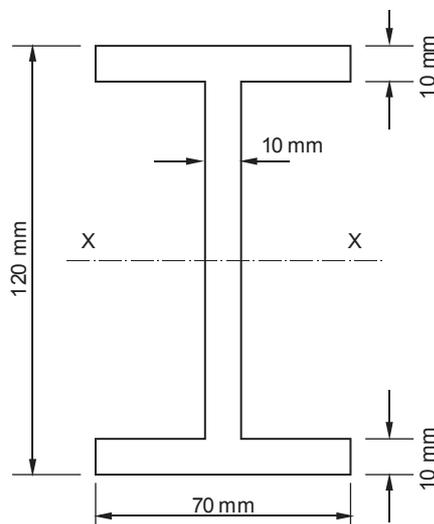
É correto afirmar que, como a tensão na estaca

- (A) não ultrapassou 1 MPa , a estaca não deverá ser armada.
 (B) não ultrapassou 5 MPa , a estaca não deverá ser armada.
 (C) ultrapassou 50 MPa , a estaca deverá ser armada até a profundidade de 5 metros .
 (D) ultrapassou 5 MPa , a estaca deverá ser armada até a profundidade de 10 metros .
 (E) ultrapassou 100 MPa , a estaca deverá ser armada até a profundidade de 2 metros .
8. Em função da disposição e quantidade de estacas isoladas ou alinhadas de um bloco, é critério limite estabelecido:
- (A) Não é permitido o emprego de estacas de diâmetros ou bitolas com diâmetros entre $0,30 \text{ m}$ e $0,60 \text{ m}$ sem travamento.
 (B) Não é permitido o emprego de estacas de diâmetros ou bitolas inferiores a $0,30 \text{ m}$ sem travamento.
 (C) É permitido somente o emprego de estacas de diâmetros ou bitolas superiores a $0,15 \text{ m}$ sem travamento.
 (D) Para estacas de qualquer dimensão, é aceitável sem qualquer correção adicional, um desvio entre o eixo da estaca e o ponto de aplicação da resultante das solicitações do pilar de 25% da menor dimensão da estaca.
 (E) Para estacas de qualquer dimensão, é aceitável sem qualquer correção adicional, um desvio entre o eixo da estaca e o ponto de aplicação da resultante das solicitações do pilar de 50% da menor dimensão da estaca.



9. Em obras geotécnicas de estabilização de taludes/encostas com emprego de tirantes, devem ser executados ensaios de verificação de cargas e integridade das cabeças dos tirantes ou de um número representativo deles a cada
- (A) 5 anos.
 - (B) 7 anos.
 - (C) 10 anos.
 - (D) 12 anos.
 - (E) 15 anos.

10. Considere o perfil metálico, para o projeto de uma cobertura, ilustrado na figura abaixo.



O momento de inércia em relação ao eixo baricêntrico X – X, em cm^4 , é

- (A) 252.
 - (B) 1008.
 - (C) 756.
 - (D) 434.
 - (E) 508.
11. Uma estrutura será construída com madeira da espécie jatobá, cuja tensão resistente de compressão paralela às fibras, referida ao grau de umidade de 15%, é 70 MPa. A tensão resistente de compressão paralela às fibras, em MPa, corrigida para o grau de umidade 12%, é
- (A) 76,3.
 - (B) 87,5.
 - (C) 72,0.
 - (D) 62,4.
 - (E) 56,0.
12. Para a montagem de elementos de concreto pré-fabricado a tolerância permitida de desvio em relação à verticalidade é de $\pm 1/300$ da altura até o máximo de
- (A) 3,5 cm.
 - (B) 3,0 cm.
 - (C) 2,5 cm.
 - (D) 4,0 cm.
 - (E) 4,5 cm.
13. Nos projetos de instalação elétrica, o condutor neutro deve
- (A) ser comum para até quatro circuitos.
 - (B) ter a mesma seção do condutor de fase nos circuitos monofásicos.
 - (C) ter seção diferente da seção do condutor de fase nos circuitos monofásicos.
 - (D) ter seção inferior à seção dos condutores de fase, em circuitos com duas fases e neutro.
 - (E) ser comum para até três circuitos.



14. Considere a tabela abaixo sobre os pesos das peças hidráulico-sanitárias a serem instaladas em uma residência.

Peça de utilização	Quantidade	Peso Relativo
Bacia sanitária com caixa de descarga	3	0,30
Chuveiro elétrico	3	0,10
Bidê	1	0,10
Lavatório	3	0,30
Tanque	1	0,70
Pia de cozinha	1	0,70
Torneira de uso geral	1	0,40

A vazão estimada de água fria em função dos pesos atribuídos às peças de utilização, em litros por segundo, é

- (A) 2,60.
(B) 0,78.
(C) 0,90.
(D) 0,60.
(E) 4,00.
-
15. Nos projetos dos sistemas prediais de esgoto sanitário, o coletor predial de esgoto deve ter diâmetro nominal mínimo de
- (A) DN 100.
(B) DN 75.
(C) DN 50.
(D) DN 40.
(E) DN 20.
-
16. No projeto dos sistemas de detecção e alarme de incêndio, o número necessário de detectores pontuais de fumaça para uma área de circulação de 3 m × 25 m é
- (A) 1.
(B) 3.
(C) 4.
(D) 5.
(E) 2.
-
17. Quando se fizer uso de argamassas preparadas em obra, as bases de revestimento devem ter as seguintes idades mínimas:
- (A) 7 dias de idade para o emboço de argamassas de cal, para início dos serviços de reboco.
(B) 10 dias de idade do revestimento de reboco ou camada única, para execução de acabamento decorativo.
(C) 24 horas de idade do chapisco para aplicação do emboço ou camada única.
(D) 48 horas de idade para estruturas de concreto e alvenarias armadas estruturais.
(E) 7 dias de idade do emboço de argamassas mistas ou hidráulicas, para o início dos serviços de reboco.
-
18. Nos projetos e execução de telhados com telhas cerâmicas do tipo francesa, o recobrimento entre a cumeeira e a telha deve ser, no mínimo, de
- (A) 20 mm.
(B) 25 mm.
(C) 30 mm.
(D) 15 mm.
(E) 10 mm.

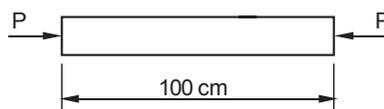


19. Ligantes aéreos são ligantes cuja pasta apresenta a propriedade de endurecer por reações de
- (A) oxidação ou pela ação do gás carbônico presente na atmosfera e que, após o seu endurecimento não resiste satisfatoriamente quando submetido à ação da água.
 - (B) hidratação ou pela ação do anidrido carbônico presente na atmosfera e que, após o seu endurecimento não resiste satisfatoriamente quando submetido à ação da água.
 - (C) carbonatação e que, após o seu endurecimento resiste satisfatoriamente quando submetido à ação da água.
 - (D) calcinação ou pela ação de carbonatos presente na atmosfera e que, após o seu endurecimento resiste satisfatoriamente quando submetido à ação da água.
 - (E) sulfatação e que, após o seu endurecimento resiste satisfatoriamente quando submetido à ação da água e do calor.

20. A coesão dos asfaltos é avaliada indiretamente pela medida da

- (A) viscosidade.
- (B) solubilidade.
- (C) ductilidade.
- (D) desemulsibilidade.
- (E) susceptibilidade térmica.

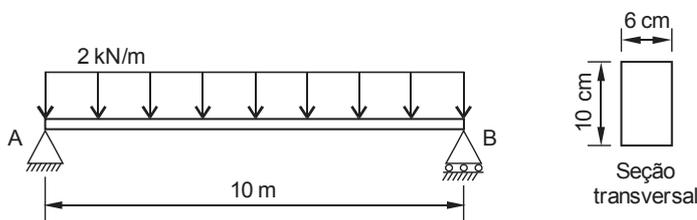
21. Considere a barra prismática da figura abaixo.



A barra possui 5 cm^2 de área da seção transversal e está submetida a uma carga axial de compressão $P = 50 \text{ kN}$. Se o módulo de elasticidade do material da barra for de 200 GPa , a sua deformação específica longitudinal é

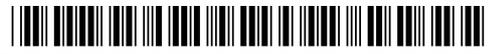
- (A) 0,0005.
- (B) 0,000005.
- (C) 0,00005.
- (D) 0,005
- (E) 0,05.

22. Considere a viga prismática de seção transversal retangular representada na figura abaixo.

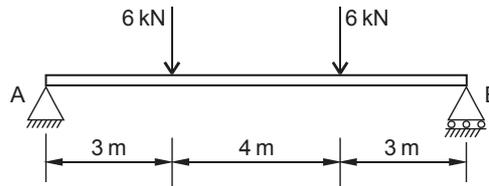


Considerando que o material da viga seja homogêneo e elástico linear, a tensão máxima de compressão devido à flexão, em MPa, é

- (A) 175.
- (B) 250.
- (C) 125.
- (D) 75.
- (E) 50.



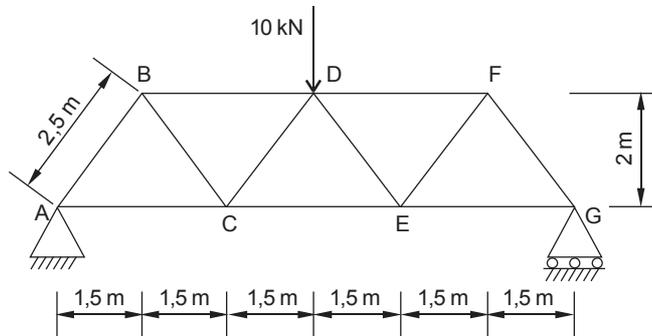
23. Considere a viga biapoiada submetida a duas cargas concentradas de 6 kN da figura abaixo.



O momento fletor máximo que ocorre na viga, em kNm, é

- (A) 24.
- (B) 36.
- (C) 32.
- (D) 18.
- (E) 12.

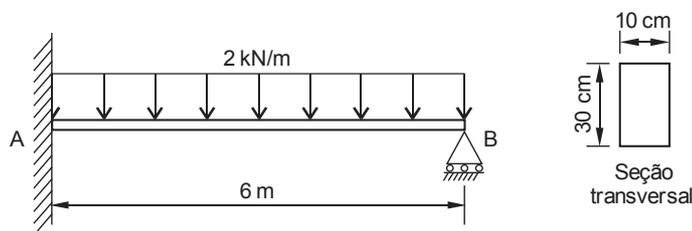
24. Considere a treliça isostática da figura abaixo.



O esforço axial na barra AB é

- (A) 4,00 kN de compressão.
- (B) 6,25 kN de tração.
- (C) 6,25 kN de compressão.
- (D) 4,00 kN de tração.
- (E) 8,33 kN de compressão.

25. Considere a viga da figura abaixo.



A reação no apoio B, em kN, é

- (A) 3,5.
- (B) 9,0.
- (C) 7,5.
- (D) 5,0.
- (E) 4,5.



26. No projeto de uma edificação em concreto armado prevê-se a construção de uma laje maciça retangular de (8×4) m, com a finalidade de piso. A previsão mínima da quantidade de concreto, para a execução dessa laje, em m^3 , é
- (A) 2,24.
 - (B) 1,60.
 - (C) 3,20.
 - (D) 3,84.
 - (E) 4,85.
-
27. Ao se projetar estruturas de concreto armado, a dimensão máxima característica do agregado graúdo a ser especificada na confecção do concreto NÃO pode superar a espessura nominal do cobrimento de concreto da armadura em
- (A) 40%.
 - (B) 25%.
 - (C) 30%.
 - (D) 35%.
 - (E) 20%.
-
28. Nas faces inferiores de lajes e vigas de reservatórios, estações de tratamento de água e esgoto, condutos de esgoto, canaletas de efluentes e outras obras em ambientes química e intensamente agressivos, a armadura deve ter cobrimento nominal mínimo, em mm, de
- (A) 40.
 - (B) 45.
 - (C) 35.
 - (D) 30.
 - (E) 20.
-
29. Segundo a NR 18, nos serviços de escavações, os taludes instáveis das escavações com profundidade superior a X metros deve ter sua estabilidade garantida por meio de estruturas dimensionadas para este fim. O valor de X, é
- (A) 0,75 m.
 - (B) 0,90 m.
 - (C) 1,25 m.
 - (D) 0,50 m.
 - (E) 0,30 m.
-
30. Para garantir a proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção de materiais, em todo o perímetro da construção de edifícios com mais de X pavimentos ou altura equivalente, é obrigatória a instalação de uma plataforma principal de proteção na altura da primeira laje que esteja, no mínimo, um pé-direito acima do nível do terreno. O valor de X é
- (A) 5.
 - (B) 3.
 - (C) 2.
 - (D) 4.
 - (E) 1.



<p>31. Em relação aos termos utilizados em laudos de avaliação é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) O custo de reedição é o custo de substituição, descontada a depreciação do bem, tendo em vista o estado em que se encontra.</p> <p>(B) A benfeitoria necessária é indispensável para conservar o bem ou evitar a sua deterioração.</p> <p>(C) O custo indireto de produção contempla as despesas administrativas e financeiras, benefícios e demais ônus e encargos.</p> <p>(D) A benfeitoria voluptuária visa a simples deleite ou recreio, sem aumentar o uso normal do bem.</p> <p>(E) A benfeitoria é o resultado de obra ou serviço realizado em um bem que não pode ser retirado sem destruição, fratura ou dano.</p>	<p>35. Sobre a taxa de Benefícios e Despesas Indiretas – BDI, é correto afirmar que</p> <p>(A) o seu detalhamento é confidencial e não pode ser divulgado em propostas comerciais.</p> <p>(B) o lucro do construtor deve ser considerado separadamente do BDI, em outra taxa determinada LDI.</p> <p>(C) o custo da mobilização é parcela importante na determinação do BDI.</p> <p>(D) ela depende do percentual de risco financeiro assumido para a obra.</p> <p>(E) a despesa referente à administração central do escritório da construtora deve ser agregada à despesa da administração local nos custos diretos da obra.</p>
<p>32. O método evolutivo utilizado na Engenharia de Avaliação identifica o valor de mercado do bem</p> <p>(A) por meio de orçamentos sintéticos ou analíticos, a partir das quantidades de serviços e respectivos custos diretos e indiretos.</p> <p>(B) baseado em modelo de estudo de viabilidade técnico-econômica, mediante hipotético empreendimento compatível com as características do bem e com as condições do mercado no qual está inserido.</p> <p>(C) por meio de tratamento técnico dos atributos dos elementos comparáveis, constituintes da amostra.</p> <p>(D) com base na capitalização presente da sua renda líquida prevista, considerando-se cenários viáveis.</p> <p>(E) pelo somatório dos valores de seus componentes.</p>	<p><u>Instruções:</u> Para responder às questões de números 36 a 38, considere o que se propõe em cada uma delas e assinale, na folha de resposta, a alternativa correta, conforme a chave abaixo:</p> <p>(A) Estão corretas as afirmativas II e III.</p> <p>(B) Estão corretas as afirmativas I, II e III.</p> <p>(C) Estão corretas as afirmativas I e IV.</p> <p>(D) Estão corretas as afirmativas III e IV.</p> <p>(E) Estão corretas as afirmativas I, II e IV.</p>
<p>33. Entre os conceitos e procedimentos relativos às perícias de engenharia, o que consiste no empréstimo gratuito e temporário de coisa não fungível mediante condições preestabelecidas é conhecido como</p> <p>(A) usufruto.</p> <p>(B) concessão.</p> <p>(C) comodato.</p> <p>(D) cominação.</p> <p>(E) esbulho.</p>	<p>36. Sobre os encargos sociais a serem considerados sobre os custos de mão de obra:</p> <p>I. Os encargos sociais do Grupo A são chamados de Taxa de Reincidência, pois incidem sobre todos os encargos básicos e também sobre aqueles que sofrem incidência dos encargos básicos.</p> <p>II. Para a mão de obra horista, não há nenhum encargo que incide no salário hora.</p> <p>III. O percentual destinado ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço é um dos encargos básicos incidentes sobre o salário base.</p> <p>IV. O valor dos encargos sociais é o mesmo para trabalhadores horistas e mensalistas de uma mesma empresa, desde que os trabalhadores estejam alocados em uma mesma categoria profissional.</p>
<p>34. Considere:</p> <p>I. Depreciação de um bem pela idade, no decorrer de sua vida útil, em consequência de sua utilização, desgaste e manutenção normais.</p> <p>II. Depreciação de um bem devida à retirada de sistemas ou componentes originalmente existentes.</p> <p>III. Depreciação de um bem devida ao desgaste de seus componentes ou falhas de funcionamento de sistemas, em razão de uso ou manutenção inadequados.</p> <p>Segundo os conceitos de depreciação consolidados na NBR 13.752, os itens I, II e III correspondem, respectivamente, a</p> <p>(A) decrepitude, mutilação e deterioração.</p> <p>(B) decrepitude, desmontagem e deterioração.</p> <p>(C) deterioração, mutilação e decrepitude.</p> <p>(D) obsolescência, desmontagem e deterioração.</p> <p>(E) obsolescência, deterioração e decrepitude.</p>	<p>37. Em relação ao Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI:</p> <p>I. O cálculo dos percentuais que incidem sobre os insumos de mão de obra é realizado para cada capital brasileira e considera dados regionais como rotatividade da mão de obra, feriados locais e dias de chuvas para uma apuração mais precisa.</p> <p>II. São disponibilizados relatórios de insumos e serviços com encargos sociais padrão onde a contribuição INSS sobre folha de pagamento é igual a 20% e desonerado onde a contribuição sobre o faturamento é igual a 5%.</p> <p>III. A gestão do sistema é compartilhada entre a Caixa e o IBGE. O IBGE é responsável pela base técnica de engenharia e pelo processamento de dados.</p> <p>IV. Os encargos complementares são custos associados à mão de obra, tais como a alimentação, transporte, equipamentos de proteção individual e ferramentas.</p>



38. Para a determinação dos custos de transporte comercial dos produtos betuminosos segundo o SICRO:
- O custo de transporte rodoviário é determinado em m^3 para o material asfáltico.
 - As equações tarifárias distinguem-se apenas por tipos de revestimento da rodovia.
 - Os tipos de revestimento da rodovia diferenciados nas equações são o revestimento asfáltico, o revestimento primário e o leito natural.
 - Os custos de transporte comercial são determinados por meio de equações tarifárias para diferentes distâncias de transporte.
39. Na metodologia utilizada pelo Sicro 2, o sistema de pesquisa para a determinação de preços regionais do piso salarial da mão de obra e dos equipamentos obedecerá, respectivamente, os valores
- menores e médios.
 - maiores e menores.
 - menores e maiores.
 - médios e maiores.
 - maiores e médios.
40. O índice de vazios é um parâmetro adimensional utilizado, entre outras funções, para avaliação da compacidade das areias, por meio do índice de Compacidade Relativa. Também do índice de vazios dependem a permeabilidade e a compressibilidade dos solos. Considerando as frações ar, água e sólidos de um solo, o índice é expresso pela relação entre
- o volume de vazios e o volume de sólidos.
 - o volume de vazios e o volume total.
 - o volume de água e o volume total.
 - a massa de água e a massa de sólidos.
 - a massa de sólidos e a massa total.
41. O comportamento de um solo argiloso varia significativamente em função do teor de umidade, podendo passar de um estado quase líquido até um estado sólido. O parâmetro de consistência que define a transição entre os estados semissólido e plástico é o
- h, Umidade Natural.
 - LC, Limite de Contração.
 - LL, Limite de Liquidez.
 - IP, Índice de Plasticidade.
 - LP, Limite de Plasticidade.
42. A composição granulométrica do solo é comumente utilizada para sua caracterização. Uma amostra de solo que possui o tamanho de seus grãos compreendidos entre 0,42 mm e 0,075 mm pode ser classificada como
- argila.
 - areia fina.
 - silte.
 - areia grossa.
 - pedregulho.
43. A realização dos ensaios triaxiais em amostras de solos tem por objetivo a determinação de alguns parâmetros relacionados a resistência e deformabilidade. Em argilas saturadas, o ensaio triaxial que pode ser considerado sem variação de volume é o
- rápido, UU.
 - rápido pré-adensado, CU.
 - lento, CD.
 - adensado drenado, CD.
 - não adensado, CU.
44. Uma forma para estimar a evolução dos recalques ao longo do tempo é por meio da Teoria do Adensamento Unidimensional de Karl Terzaghi. O Grau de Adensamento, definido na teoria, é a relação
- entre o tempo de recalque em análise e o tempo previsto para ocorrência do recalque completo.
 - entre a deformação ocorrida em um dado tempo e a deformação quando todo o processo tiver ocorrido.
 - representada pela simplificação das curvas isócronas para $T = 50\%$.
 - entre a variação do índice de vazios e a variação da pressão efetiva.
 - expressa pela multiplicação da permeabilidade e do índice de vazios.
45. Para avaliação das condições do subsolo em uma barragem, o estudo geológico relativo a um reservatório deve sempre se dividir entre o estudo do local da barragem e o da área do próprio reservatório. Sobre estes, é correto afirmar que
- as investigações geológicas da área do reservatório podem ser restritas à área do engastamento da barragem.
 - o estudo da área do reservatório visa a conhecer a resistência da rocha.
 - é recomendável buscar áreas com presença de calcário ou basalto.
 - não é necessária a avaliação da permeabilidade das rochas.
 - o estudo da área da barragem visa a conhecer a resistência e a estabilidade da rocha.
46. Entre os elementos encontrados no conjunto de obras que compõe uma barragem, a estrutura destinada a desviar as águas do leito do rio, total ou parcialmente, com o objetivo de permitir o tratamento das fundações, possibilitando a construção a seco dos diques de terra ou das estruturas de concreto, é
- a ensecadeira.
 - o vertedor.
 - o túnel de desvio.
 - a tomada d'água.
 - o túnel de adução.
47. Durante o projeto de uma rodovia classe II verificou-se que a rampa máxima deveria ser igual a 6%. Entre as estacas 27 + 0,00 m e 32 + 17,00 m será implantada uma rampa ascendente. Sabendo que a cota do greide na estaca 27 + 0,00 m é igual a 120 m, a cota máxima na estaca 32 + 17,00 m deverá ser, em metros, igual a
- 127,02.
 - 112,98.
 - 126,00.
 - 124,02.
 - 137,02.
48. No projeto geométrico de uma rodovia, para concordar duas rampas com declividades igual a 5% e -3% deve-se utilizar uma curva
- circular convexa.
 - parabólica côncava.
 - circular com transição.
 - parabólica convexa.
 - circular côncava.



<p>Instruções: Para responder às questões de números 49 a 51, considere o que se propõe em cada uma delas e assinale, na folha de resposta, a alternativa correta, conforme a chave abaixo:</p> <p>(A) Estão corretas as afirmativas II e III. (B) Estão corretas as afirmativas I, II e III. (C) Estão corretas as afirmativas I e IV. (D) Estão corretas as afirmativas III e IV. (E) Estão corretas as afirmativas I, II e IV.</p>	<p>53. No projeto de um pavimento rodoviário foi dimensionado um pavimento asfáltico invertido. Neste pavimento, as camadas de base e sub-base devem ser compostas, respectivamente, de</p> <p>(A) brita graduada tratada com cimento e solo cimento. (B) brita graduada simples e solo brita. (C) brita graduada simples e brita graduada tratada com cimento. (D) solo cimento e solo brita. (E) solo brita cimento e brita graduada simples.</p>
<p>49. Em relação ao projeto geométrico de uma rodovia:</p> <p>I. Superelevação é a inclinação transversal da pista nas curvas horizontais, para compensar o efeito da força centrífuga sobre os veículos. II. Os pontos notáveis de uma curva horizontal circular simples são o PCV (início da curva) e o PTV (término da curva). III. Uma nota de serviço pode ser descrita como o conjunto de dados destinados a definir, em planta, o desenvolvimento do pavimento. IV. A largura adicional dada à pista nos trechos em curva de modo a assegurar ao tráfego condições de segurança e comodidade é denominada de superlargura.</p>	<p>54. Na classificação TRB (<i>Transportation Research Board</i>), os solos são reunidos em grupos e subgrupos, em função de sua granulometria, dos limites de consistência e do índice de grupo. Segundo essa classificação, os solos siltosos ou solos argilosos NÃO podem ser classificados como</p> <p>(A) A-4. (B) A-1. (C) A-6. (D) A-7-5. (E) A-7-6.</p>
<p>50. Em relação aos materiais utilizados nas camadas para a implantação de pavimentos asfálticos:</p> <p>I. Materiais granulares devem possuir CBR superior a 20% para utilização como base do pavimento. II. O revestimento asfáltico tipo Tratamento Superficial Duplo é adequado para tráfegos leves, com Número N inferior a 1 milhão de solicitações. III. Os ligantes asfálticos empregados na imprimação podem ser os asfaltos diluídos CM-30 e CM-70. IV. Cimentos asfálticos de petróleo são comercialmente classificados por sua viscosidade.</p>	<p>55. Os revestimentos betuminosos por penetração invertida são executados por meio de aplicações de material betuminoso seguida de operação de espalhamento e compressão de camadas de agregados com granulometrias apropriadas. Um tipo deste revestimento é o</p> <p>(A) pré-misturado a frio. (B) macadame betuminoso. (C) concreto betuminoso. (D) tratamento superficial duplo. (E) SMA.</p>
<p>51. Em relação ao dimensionamento de pavimentos rígidos pelo método da <i>Portland Cement Association</i> – PCA 1984:</p> <p>I. A espessura da placa de concreto deve ser suficiente para suportar o Número N, que corresponde ao número equivalente de aplicações de cargas do eixo padrão de 8,2 toneladas. II. A utilização de camada de sub-base de concreto compactado com rolo contribui no aumento das tensões de tração na placa de concreto. III. Trincamento por fadiga e danos por erosão são mecanismos de ruptura utilizados neste método de dimensionamento. IV. Neste método é possível considerar o efeito da implantação de acostamentos em concreto de cimento Portland.</p>	<p>56. O método da PCA 1984 para pavimentos rígidos utiliza um fator de segurança de carga. O fator de segurança de carga que NÃO é considerado no método é o</p> <p>(A) 1,1 para estradas e vias com moderada frequência de caminhões. (B) 1,0 para ruas e vias de pequena frequência de caminhões. (C) 1,3 para o caso de pavimentos que necessitem de um desempenho acima do normal. (D) 1,5 para tráfego de ônibus canalizado. (E) 1,2 para grande frequência de caminhões.</p>
<p>52. Na avaliação estrutural de um pavimento asfáltico, para a determinação das deflexões máximas recuperáveis, é correto utilizar os seguintes equipamentos:</p> <p>(A) <i>Falling Weight Deflectometer</i> e <i>Dynamic Cone Penetrometer</i>. (B) <i>Falling Weight Deflectometer</i> e Georradar. (C) <i>Dynamic Cone Penetrometer</i> e Viga Benkelman. (D) Viga Benkelman e Georradar. (E) Viga Benkelman e <i>Falling Weight Deflectometer</i>.</p>	<p>57. Um pavimento asfáltico de base granular e revestimento com 10 cm de Concreto Betuminoso Usinado a Quente apresentou, após a avaliação estrutural, Raio de Curvatura igual a 55 m. O tratamento recomendado para a restauração deste pavimento é</p> <p>(A) a reconstrução. (B) a fresagem. (C) o recapeamento. (D) a reperfilagem. (E) o cepilhamento.</p> <p>58. O grau com que o pavimento atende aos requisitos de conforto ao rolamento e segurança, nas velocidades operacionais da via e em um determinado momento de sua vida de serviço, é chamado de</p> <p>(A) regularidade. (B) irregularidade. (C) desempenho. (D) deflexão. (E) serventia.</p>



<p>59. O índice que permite classificar o estado geral de um determinado trecho homogêneo de pavimento em função da incidência de defeitos de superfície é conhecido como Índice de Gravidade Global – IGG. O IGG é um indicador das condições do pavimento, muito útil para a tomada de decisões quanto às intervenções de restauração necessárias. Segundo o DNIT, para o conceito bom o IGG deve estar no intervalo</p> <p>(A) $20 < IGG \leq 40$.</p> <p>(B) $0 < IGG \leq 20$.</p> <p>(C) $80 < IGG \leq 100$.</p> <p>(D) $40 < IGG \leq 80$.</p> <p>(E) $100 < IGG \leq 120$.</p>	<p>64. O dimensionamento de bueiros sem carga hidráulica a montante deve observar o funcionamento do dispositivo como</p> <p>(A) vertedor, considerando o escoamento no regime supercrítico.</p> <p>(B) canal, considerando o escoamento no regime turbulento.</p> <p>(C) orifício, considerando o escoamento no regime supercrítico.</p> <p>(D) orifício, considerando o escoamento no regime turbulento.</p> <p>(E) canal, considerando o escoamento no regime supercrítico.</p>
<p>60. O índice que mede a irregularidade longitudinal – IRI é definido matematicamente a partir de um perfil levantado por nível e mira nas trilhas de roda. A condição de superfície de um pavimento asfáltico que apresenta valor de IRI igual a 4,0 m/km tem, segundo o DNIT, conceito</p> <p>(A) péssimo.</p> <p>(B) ruim.</p> <p>(C) excelente.</p> <p>(D) regular.</p> <p>(E) bom.</p>	<p>65. O dispositivo de drenagem cujo objetivo é a captação do fluxo de água subterrânea, através do rebaixamento do lençol freático, impedindo-o de atingir o subleito, é o</p> <p>(A) dreno subsuperficial.</p> <p>(B) dreno profundo.</p> <p>(C) dreno sub-horizontal.</p> <p>(D) bueiro de talvegue.</p> <p>(E) bueiro de greide.</p>
<p>61. A sigla VSA, que representa um índice resultante da avaliação funcional de pavimentos, significa</p> <p>(A) Valor da Severidade Atuante.</p> <p>(B) Vida de Serventia Atuante.</p> <p>(C) Valor de Serventia Atual.</p> <p>(D) Valor de Sobrevida por Área.</p> <p>(E) Valor, Severidade e Área.</p>	<p>66. Na estimativa de vazões por meio do hidrograma unitário triangular é necessário conhecer o tempo de percurso em que o deflúvio leva para atingir o curso d'água principal desde os pontos mais longínquos até o local em que se deseja definir a descarga. Este parâmetro é conhecido por tempo de</p> <p>(A) concentração.</p> <p>(B) recorrência.</p> <p>(C) duração.</p> <p>(D) Gumbel.</p> <p>(E) intensidade.</p>
<p>62. A avaliação de superfície de um pavimento consiste no registro da extensão, frequência e severidade dos defeitos das superfícies existentes. São considerados defeitos de um pavimento asfáltico flexível:</p> <p>(A) quebra de canto, panelas e trincamento por fadiga.</p> <p>(B) trincamento por fadiga, degraus nas juntas e trincas em bloco.</p> <p>(C) trincas térmicas, panelas e quebra de canto.</p> <p>(D) panelas, bombeamento de finos e trincamento por fadiga.</p> <p>(E) desgaste, esborcinamento de junta e trincamento por fadiga.</p>	<p>67. Precipitação é a água proveniente do meio atmosférico que atinge a superfície terrestre. As precipitações</p> <p>(A) frontais ou não frontais são, normalmente, de longa duração e apresentam intensidades de baixa a moderada, espalhando-se por grandes áreas.</p> <p>(B) ciclônicas resultam da ascensão mecânica de correntes de ar úmido horizontal sobre barreiras naturais.</p> <p>(C) ciclônicas são, normalmente, de grande intensidade e curta duração, concentradas em pequenas áreas.</p> <p>(D) convectivas estão associadas com o movimento de massas de ar de regiões de alta pressão para regiões de baixa pressão.</p> <p>(E) convectivas ocorrem quando o ar é elevado em consequência de uma convergência horizontal em áreas de baixa pressão.</p>
<p>63. De acordo com a terminologia do DNIT, para defeitos em pavimentos asfálticos, as classes das trincas isoladas, tipo FC-2, são trincas com abertura</p> <p>(A) inferior a 3,0 mm e sem erosão nas bordas.</p> <p>(B) inferior a 2,0 mm e com erosão nas bordas.</p> <p>(C) superior a 0,5 mm e sem erosão nas bordas.</p> <p>(D) superior a 5,0 mm e com erosão nas bordas.</p> <p>(E) superior a 1,0 mm e sem erosão nas bordas.</p>	<p>68. O reservatório de distribuição de água cuja função é servir de volante de regularização das transições entre bombeamento e/ou adução por gravidade, intercalado no sistema de adução, é, quanto à localização no sistema de distribuição, o reservatório</p> <p>(A) de jusante.</p> <p>(B) de montante.</p> <p>(C) de posição intermediária.</p> <p>(D) enterrado.</p> <p>(E) apoiado.</p>



<p>69. Em relação às classes de água de reúso considere:</p> <p>I. Águas da classe 1 podem ser utilizadas para lavagem de carros e outros usos com contato direto com o usuário.</p> <p>II. Na classe 2 faz parte do padrão de qualidade a determinação da turbidez e dos sólidos dissolvidos totais.</p> <p>III. Para descargas em vasos sanitários pode ser utilizada água de reúso classe 3, com controle de turbidez e coliformes termotolerantes.</p> <p>IV. Para irrigação de pomares, cereais, forragens, pastagens para gados e outros cultivos por meio de escoamento superficial ou por sistema de irrigação pontual deve ser utilizada água de reúso classe 1.</p> <p>Está correto o que consta em</p> <p>(A) II e III, apenas.</p> <p>(B) I e II, apenas.</p> <p>(C) II e IV, apenas.</p> <p>(D) I e III, apenas.</p> <p>(E) I, II, III e IV.</p>	<p>72. É, entre outros, instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente, em conformidade com a Lei nº 6.938/1981:</p> <p>(A) a outorga de uso da água.</p> <p>(B) a coleta seletiva.</p> <p>(C) a engenharia reversa.</p> <p>(D) o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos.</p> <p>(E) o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental.</p>
<p>70. Em obras de infraestrutura, é comum a contratação de uma empresa ou um consórcio de empresas especializadas para realização de um grupo de atividades que compreendem a avaliação e revisão, com ênfase ambiental, de toda a documentação técnica do empreendimento, no aspecto qualitativo, bem como o apoio na assinatura de convênios a serem celebrados com empresas especializadas ou instituições de pesquisa/ONG para implementação e desenvolvimento de programas ambientais. A este conjunto de atividades dá-se o nome de</p> <p>(A) gerenciamento ambiental.</p> <p>(B) supervisão ambiental.</p> <p>(C) execução de programas ambientais.</p> <p>(D) Plano Básico Ambiental.</p> <p>(E) Plano de Controle Ambiental.</p>	<p>73. O conjunto formado pelo Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental</p> <p>(A) deve contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização que sejam dotadas de viabilidade ambiental.</p> <p>(B) jamais deve indicar a alternativa mais favorável, sob pena de induzir a opinião pública.</p> <p>(C) deve ter os custos de sua elaboração cobertos por conta do órgão ambiental, tais como: coleta e aquisição dos dados e informações, trabalhos e inspeções de campo, análises de laboratório, estudos técnicos e científicos e acompanhamento e monitoramento dos impactos.</p> <p>(D) deve definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza.</p> <p>(E) não pode conter partes protegidas por sigilo industrial.</p>
<p>71. A legislação que institui o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA estabelece que</p> <p>(A) o Conselho de Governo é o órgão superior do SISNAMA com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.</p> <p>(B) o Ministério do Meio Ambiente é o órgão central do SISNAMA com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar a política federal e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.</p> <p>(C) o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) do SISNAMA tem a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais.</p> <p>(D) o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) é o órgão nacional do SISNAMA com a finalidade de executar e fazer executar a política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.</p> <p>(E) os órgãos locais do SISNAMA são os responsáveis pelo controle e pela fiscalização nas suas respectivas jurisdições.</p>	<p>74. No caso de processos de licenciamento ambiental amparados pela avaliação de impacto ambiental, é correto afirmar que</p> <p>(A) sempre que a atividade ou empreendimento estiver localizado em terra indígena o licenciamento será realizado pelo IBAMA.</p> <p>(B) atividades ou empreendimentos localizados ou desenvolvidos conjuntamente no Brasil e em país limítrofe devem ser licenciados pelo órgão ambiental do Estado onde localiza-se a porção brasileira do projeto.</p> <p>(C) toda atividade ou empreendimento destinado a pesquisar, lavar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor de material radioativo, em qualquer estágio, ou que utilizem energia nuclear em qualquer de suas formas e aplicações, serão licenciados ambientalmente pela Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN.</p> <p>(D) o IBAMA, ressalvada sua competência supletiva, jamais poderá delegar aos estados o licenciamento de atividade com significativo impacto ambiental de âmbito regional.</p> <p>(E) poderá haver audiência pública apenas quando é exigido estudo de impacto ambiental.</p> <p>75. A condição que vincula a necessidade de estudo de impacto ambiental para o licenciamento de atividade ou empreendimento é se o projeto</p> <p>(A) está localizado em área de alta vulnerabilidade.</p> <p>(B) tem um porte de grande magnitude.</p> <p>(C) é efetivo ou potencialmente causador de significativa degradação ambiental.</p> <p>(D) é causador de degradação ambiental sobre o meio sócio-econômico.</p> <p>(E) é causador de degradação ambiental sobre os meios físico e biótico.</p>



<p>76. A Política Nacional de Recursos Hídricos tem como fundamento que</p> <p>(A) a água é um bem de domínio privado e dotado de escassez.</p> <p>(B) a água é um recurso natural limitado e, portanto, não passível de valoração econômica.</p> <p>(C) o uso prioritário dos recursos hídricos em situações de escassez é para a proteção ambiental.</p> <p>(D) a gestão dos recursos hídricos deve sempre priorizar os usos para a sociedade.</p> <p>(E) a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.</p>	<p>79. A Política Nacional de Resíduos Sólidos define que</p> <p>(A) área contaminada é o local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos, inclusive por origem natural.</p> <p>(B) área órfã contaminada é a área contaminada gerada por ação antrópica.</p> <p>(C) ciclo de vida do produto define os produtos que apresentam motorização baseada em ciclo otto e diesel.</p> <p>(D) geradores de resíduos sólidos são pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo.</p> <p>(E) controle social é o conjunto de mecanismos e procedimentos de governo que controlam a atuação da sociedade na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos.</p>
<p>77. A Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005, dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes. Esta Resolução define que as águas doces da classe</p> <p>(A) especial são destinadas ao abastecimento para consumo humano, sem necessidade de desinfecção.</p> <p>(B) 4 são destinadas à navegação e harmonia paisagística.</p> <p>(C) 2 são destinadas ao abastecimento para consumo humano, após tratamento simplificado.</p> <p>(D) 3 podem ser destinadas ao abastecimento para consumo humano, apenas após tratamento avançado.</p> <p>(E) 1 são destinadas ao abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional.</p>	<p>80. A Política Nacional de Saneamento Básico, em conformidade com a Lei nº 11.445/2007, estabelece:</p> <p>(A) Os entes da Federação, isoladamente ou reunidos em consórcios públicos, poderão instituir fundos, aos quais poderão ser destinadas, entre outros recursos, parcelas das receitas dos serviços, com a finalidade de custear, na conformidade do disposto nos respectivos planos de saneamento básico, a universalização dos serviços públicos de saneamento básico.</p> <p>(B) Constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações e serviços de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.</p> <p>(C) A prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que integre a administração do titular depende da celebração de contrato.</p> <p>(D) Nos serviços públicos de saneamento básico em que mais de um prestador execute atividade interdependente com outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato e haverá sempre mais de uma encarregada das funções de regulação e de fiscalização.</p> <p>(E) O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador não pode ser considerado resíduo sólido urbano.</p>
<p>78. De acordo com a Portaria nº 518, de 25 de março de 2004, compete</p> <p>(A) ao Ministério da Saúde, por intermédio executivo da Secretaria de Saúde dos Estados e do Distrito Federal, promover e acompanhar a vigilância da qualidade da água.</p> <p>(B) às Secretarias Municipais de Saúde estabelecer as referências laboratoriais municipais para dar suporte às ações de vigilância da água para consumo humano.</p> <p>(C) às Secretarias de Saúde dos Estados e do Distrito Federal promover e acompanhar a vigilância da qualidade da água em sua área de competência, sempre em caráter supletivo ao município.</p> <p>(D) às Secretarias Municipais de Saúde exercer a vigilância da qualidade da água em sua área de competência, em observância à hierarquia superior da respectiva Secretaria do Estado.</p> <p>(E) ao Ministério da Saúde definir diretrizes gerais para o desenvolvimento integrado das atividades de vigilância da qualidade da água, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.</p>	



Instruções: Para responder às questões de números 81 a 83, considere a seguinte informação:

As contas dos Chefes do Poder Executivo Municipal serão submetidas à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE-RS, que emite um parecer prévio. O julgamento dessas contas, todavia, cabe ao Poder Legislativo Municipal.

81. O TCE-RS emitiu parecer prévio desfavorável às contas de um Prefeito por falhas relativas à gestão fiscal e à aplicação de recursos nas áreas da educação e saúde. Esse parecer somente deixará de prevalecer por decisão de

- (A) 1/3 dos membros da Câmara Municipal.
- (B) 2/3 dos membros da Câmara Municipal.
- (C) 1/2 dos membros da Câmara Municipal.
- (D) 3/4 dos membros da Câmara Municipal.
- (E) 3/5 dos membros da Câmara Municipal.

82. Se a Câmara Municipal desse município julgasse as contas do Prefeito antes mesmo do TCE-RS emitir o parecer prévio conclusivo, este ato seria classificado como

- (A) sujeito à validação após a emissão do parecer prévio.
- (B) legal, condicionado à aprovação unânime pelos vereadores.
- (C) instrumento auxiliar aos trabalhos do TCE-RS.
- (D) legítimo, se o julgamento for favorável.
- (E) nulo, por expressa previsão legal.

83. Para que o TCE-RS possa exercer sua competência de emitir os pareceres prévios, com base nos trabalhos de fiscalização sob os aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial, os Chefes do Poder Executivo devem, de acordo com sua Lei Orgânica, obrigatoriamente, prestar contas até

- (A) 31 de março do exercício seguinte ao encerrado.
- (B) 31 de janeiro do exercício seguinte ao encerrado.
- (C) 15 de janeiro do exercício seguinte ao encerrado.
- (D) três meses após a publicação dos balanços.
- (E) seis meses após a publicação dos balanços.

84. O TCE-RS tomou ciência de ato que importou dano ao erário, ocorrido por omissão do administrador de uma autarquia municipal. Após impugnado, este ato estará sujeito à

- (A) avaliação mediante parecer prévio.
- (B) apreciação para fins de registro.
- (C) tomada de contas especial.
- (D) inspeção regular de auditoria.
- (E) auditoria de gestão.

85. Por meio de uma informação anônima endereçada a uma determinada Prefeitura, foi revelado um esquema fraudulento de licitações. O dever constitucional de comunicação dessa ilegalidade ao TCE-RS é do

- (A) assessor jurídico do Prefeito.
- (B) presidente da comissão de licitação.
- (C) responsável pelo controle interno.
- (D) responsável pelo controle externo.
- (E) Prefeito.

86. A Constituição Federal estabelece formas de atuação dos Tribunais de Contas: emissão de parecer prévio; apreciação para fins de registro; julgamento. É ato sujeito à apreciação para fins de registro pelo TCE-RS:

- (A) admissão de pessoal para cargo em comissão.
- (B) admissão de pessoal para cargo efetivo.
- (C) prestação de contas decorrente de subvenção social.
- (D) contratação de serviço mediante licitação.
- (E) melhoria que altere o fundamento do ato que concedeu aposentadoria.

87. A realização de auditoria de natureza contábil por parte do TCE-RS em fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público pode ser feita por iniciativa

- (A) de partido político.
- (B) do Ministério Público.
- (C) do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.
- (D) de Comissão Técnica ou de Inquérito.
- (E) do Supremo Tribunal Federal.

88. Os Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais e os Ministros do Tribunal de Contas da União têm, respectivamente, as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos

- (A) Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado e dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- (B) Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- (C) Ministros do Superior Tribunal de Justiça e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- (D) Ministros do Superior Tribunal de Justiça e do Presidente do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.
- (E) Ministros do Superior Tribunal de Justiça e dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

89. Na eventualidade de um Auditor Substituto de Conselheiro do TCE-RS cometer um crime de responsabilidade, ele será processado e julgado, originariamente, pelo

- (A) Plenário do TCE-RS.
- (B) Juiz da Vara da Fazenda Pública.
- (C) Tribunal de Justiça do Estado.
- (D) Superior Tribunal de Justiça.
- (E) Supremo Tribunal Federal.

90. A competência para a criação, transferência de sede ou extinção de unidade de trabalho do TCE-RS é

- (A) da Corregedoria-Geral.
- (B) da Vice-Presidência.
- (C) da Presidência.
- (D) do Conselheiro.
- (E) do Tribunal Pleno.



<p>91. O TCE-RS pode ser dividido em Câmaras, que devem sempre ser presididas por um Conselheiro. Excepcionalmente, na sessão em que ocorrer hipótese de vacância de cargo, ausência, férias ou impedimento dos Conselheiros, a Câmara poderá ser presidida por Auditor Substituto de Conselheiro que estiver em substituição a Conselheiro. Essa Substituição será em caráter</p> <p>(A) precário.</p> <p>(B) eventual.</p> <p>(C) sigiloso.</p> <p>(D) meramente quantitativo.</p> <p>(E) definitivo.</p>	<p>95. Uma das formas do procurador da parte interessada intervir no processo do TCE-RS é mediante solicitação de sustentação oral perante o Tribunal Pleno ou as Câmaras. Uma vez concedida, o uso da palavra poderá ser feito pelo prazo de</p> <p>(A) 15 minutos.</p> <p>(B) 20 minutos.</p> <p>(C) 5 minutos.</p> <p>(D) 10 minutos.</p> <p>(E) 30 minutos.</p>
<p>92. São matérias afetas aos trabalhos do TCE-RS: expedir recomendações sobre programas de informatização do Tribunal; determinar a realização de inspeções especiais; relatar, no Tribunal Pleno, matérias de natureza administrativa. Esses atos são de competência, respectivamente, do</p> <p>(A) Presidente, Presidente e Corregedor-Geral.</p> <p>(B) Presidente, Vice-Presidente e Presidente.</p> <p>(C) Corregedor-Geral, Presidente e Vice-Presidente.</p> <p>(D) Corregedor-Geral, Presidente e Presidente.</p> <p>(E) Presidente, Corregedor-Geral e Vice-Presidente.</p>	<p>96. As sessões do TCE-RS podem ser ordinárias, extraordinárias, especiais ou administrativas. A emissão de parecer prévio sobre as contas do Governador e a posse de Conselheiro são atos que ocorrem, respectivamente, em sessões</p> <p>(A) extraordinária e especial.</p> <p>(B) extraordinária e extraordinária.</p> <p>(C) ordinária e administrativa.</p> <p>(D) especial e especial.</p> <p>(E) especial e ordinária.</p>
<p>93. É regra atinente ao Ministério Público junto ao TCE-RS:</p> <p>(A) Os Adjuntos de Procurador são nomeados pelo Governador do Estado e tomam posse junto ao Presidente do TCE-RS.</p> <p>(B) O Ministério Público junto ao TCE-RS será sempre ouvido no início da instrução.</p> <p>(C) O prazo para manifestação do Ministério Público será de 90 dias.</p> <p>(D) Iniciada a fase de votação, o membro do Ministério Público somente poderá usar a palavra para prestar esclarecimentos adicionais ou de equívocos ou dúvidas.</p> <p>(E) O Procurador será empossado em sessão extraordinária do Tribunal Pleno.</p>	<p>97. Faz parte do conteúdo mínimo dos relatórios e parecer prévio das contas do Governador a análise</p> <p>(A) dos contratos de concessão dos serviços públicos.</p> <p>(B) das admissões de pessoal por prazo determinado.</p> <p>(C) das concessões de subvenção, auxílios e contribuições.</p> <p>(D) da concessão de adiantamento de numerário para operações policiais de caráter reservado.</p> <p>(E) da dívida pública.</p>
<p>94. Os Auditores Substitutos de Conselheiros do TCE-RS</p> <p>(A) ocupam, na hierarquia do TCE-RS, posição imediatamente inferior a do Procurador.</p> <p>(B) deverão, na sua totalidade, estar presentes às sessões do Tribunal Pleno e, em número de dois, às das Câmaras.</p> <p>(C) terão as mesmas garantias, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça quando não estiverem no exercício da substituição.</p> <p>(D) substituirão um Conselheiro mediante rodízio e a convocação de um mesmo auditor substituto de conselheiro não ultrapassará 30 dias.</p> <p>(E) terão prazo de 30 dias para emitir parecer, se individual, e 60 dias, se coletivo.</p>	<p>98. O recurso de embargos</p> <p>(A) é cabível de decisão proferida pelo Tribunal Pleno.</p> <p>(B) tem efeito suspensivo em qualquer situação.</p> <p>(C) pode ser interposto uma única vez.</p> <p>(D) tem prazo de 15 dias para a interposição.</p> <p>(E) pode ser interposto apenas pela parte interessada ou terceiro prejudicado.</p> <p>99. Uma decisão do TCE-RS, já transitada em julgado, contiver erro de cálculo. Nesse caso, é cabível a proposição de</p> <p>(A) agravo regimental.</p> <p>(B) revisão.</p> <p>(C) recurso ordinário.</p> <p>(D) embargos declaratórios.</p> <p>(E) reconsideração.</p> <p>100. O Regimento Interno do TCE-RS pode ser emendado mediante proposta de iniciativa</p> <p>(A) do Conselheiro.</p> <p>(B) do Ministério Público de Contas.</p> <p>(C) de Auditor Substituto de Conselheiro.</p> <p>(D) do corpo técnico.</p> <p>(E) do Diretor da Escola de Contas.</p>